

SOCIABILIDADE DO PROJETO DE ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE-EdC

Heloisa Helena A. Borges Quaresma Gonçalves,
heloborgesq@ig.com.br , helo@pep.ufrj.br
COPPE/UFRJ

RESUMO

Esta comunicação de pesquisa apresenta o significado de responsabilidade empresarial para o projeto de economia de comunhão na liberdade-EdC, que surgiu no Brasil em 1991. A economia de comunhão é uma modalidade de economia solidária que inclui fundamentos greco-judaico-cristãos. Seu propósito é construir relações de produção humanizadas e humanizadoras, que estão diretamente associadas a quatro aspectos essenciais, sua finalidade, a cultura da partilha, a formação de homens e mulheres novos e as escolas de formação, vínculos antecedentes, que as diferenciam de outras empresas de características predominantemente capitalistas ou solidárias.

1.Introdução

No mundo contemporâneo do cálculo utilitário das conseqüências regido pela sociabilidade que preserva individualismo, legitimado pela “mão invisível” trinitária, detentora de eira (dinheiro e riqueza material acumulado nas mãos de poucos), beira (poder para dominação do outro) e tribeira (futuro só para descendentes dos poderosos). A possibilidade de existência de algo como economia de comunhão é *ex ante* Absurdo e Graça, exclamariam simultaneamente, *adversarius e amicus* (BUBER,1982,p.69).

Amicus argumentariam é Graça face a face, atravessando o limiar - a vida humana associada - que *adversarius* evitam, quando encobrem admitir a possibilidade do que para eles parece absurdo: a sociabilidade regida pela solidariedade, ajuda mútua, amizade leal, entusiasmo ativo, na realização de empreendimento conjunto, cujo sentido é legitimado pela “mão invisível” trinitária, detentora de eira (dinheiro e riqueza material distribuído às mãos de muitos), beira (poder para serviço ao outro) e tribeira (futuro para todos).

Livre do comprometimento pessoal de conversação com o outro, *adversarius* tecem fantasias oportunistas sobre a miséria e a pobreza, atribuindo a elas dentre outras causas o caráter de tara ou de vício das camadas da sociedade que, segundo eles, não conseguem dominar à propensão desenfreada a procriar. Obviamente, com isso “*encontram uma forma de sofismar o problema*” (AKTOUF, 1996, p.70).Outros *adversarius* tecem fantasias sobre a sua possível prevenção por meio de discussão teórica. Os que têm influência espiritual tecem fantasias de metáforas morais. Enquanto isso, o sistema berço da exclusão face à “crítica artística” e a “crítica social” (BOLTANSKI e CHIAPELO, 1999), admite “brechas” e continua a legitimar-se por falta de provas de sua responsabilidade.

Mas, é possível provar? Isto é, por face a face os excluídos da sociabilidade do individualismo com os incluídos que a promovem. Não é. A relação não é biunívoca tão pouco simétrica. Assim, não há resposta, um não reconhece o Rosto do Outro (LEVINAS, 1997).

Mas “épa”! exclamaria o *inimicus*, reconhecer o Rosto do Outro é questão relegada ao campo ideológico e indignados acrescentariam: é questão relegada aos campos e filosófico e religioso, e encerrando o monólogo com ironia, é questão relegada ao campo poético.

É com essas duas espécies de mentalidades, uma dialógica e outra monológica, que algo como a economia de comunhão entra em tensão. Aos *amicus* o silêncio, diálogo autêntico, pois estes reconhecem outro caminho para o qual a comunhão aponta. Aos *adversarius* o convite a leituras, pois o diálogo não se impõe a ninguém. Responder não é um dever, mas é um poder (BUBER, 1982, p.71)

Mas afinal, o que é economia de comunhão na liberdade?

2. Desenvolvimento

No século XVIII, desde a aparição das empresas predominam nelas duas contradições, uma interna e outra externa apontadas por Omar Aktouf (1999), que geram custos ocultos apontados por Zagmani (2001). Na contradição interna, o empresário(a) obstina-se em desejar o lucro mais elevado baixando ao máximo os seus custos, e o empregado(a) obstina-se em ganhar o salário mais elevado possível. Na contradição externa, o empresário(a) busca crescer e acumular riqueza indefinidamente, desprezando o princípio que governa a natureza e a vida: a interdependência. Evidentemente, ninguém pode enriquecer-se dessa maneira sem que isso se dê em detrimento de alguém ou do esgotamento da natureza. Contudo, tal consciência está alijada naqueles cujo princípio é a “ilusão da separatividade” (WEIL, 1990), e considerando-se num andar superior da humanidade produzem exclusão e conseqüentemente violência, desequilíbrio e insegurança, mas para todos por causa do princípio da interdependência.

Em 1991, Chiara Lubich, italiana, fundadora do Movimento dos Focolares (1947), movimento social que possui cinco milhões de integrantes leigos, religiosos, não religiosos, e sem credo religioso, em 182 países do mundo, vem ao Brasil e se surpreende com o contraste da exclusão social gerada pelo princípio da separatividade visível nas condições das vidas humanas nas favelas, e a opulência dos arranha-céus da cidade de São Paulo. Tal episódio, a faz anunciar a economia de comunhão no seio interno do Movimento.

“Ao contrário da economia consumista baseada na cultura do ter, a economia de comunhão é a economia do dar. Isto pode parecer difícil, árduo, heróico. Mas, não é assim, porque o homem(mulher), feito a imagem de Deus, que é Amor, encontra a própria realização justamente no amor, na doação. Esta exigência está no mais profundo do seu ser, tenha ele fé em Deus ou não. É justamente nesta constatação, comprovada pela nossa experiência que está a esperança de uma difusão universal da economia de comunhão”.

Para a concretude da economia de comunhão Chiara Lubich convida, pessoas despertas aos princípios da subsidiariedade, solidariedade, bem comum, primazia do trabalho sobre o capital, destinação universal dos bens e dignidade humana, a responderem a princípios e valores ético-espirituais nos negócios; considerando a empresa **na** sociedade, com inclusividade humana e ambiental, e a destinarem o lucro das empresas para três finalidades: reinvestimento na empresa, partilha com os excluídos do sistema

econômico vigente, e para a formação de homens e mulheres novos capazes de afirmarem a racionalidade de comunhão (BRUNI, 1999). Para tanto, cunhou as bases da economia de comunhão, vínculos antecedentes, a serem afirmadas pelos empresários(as), que voluntariamente se integrassem a proposta. No Quadro A, pode-se visualizar os fundamentos da economia de comunhão e da economia clássica.

Quadro A, fundamentos da economia clássica e de economia de comunhão

Economia Clássica	Economia de Comunhão
Adam Smith fundador da economia política clássica. Um homem.	Chiara Lubich fundadora da economia de comunhão. Uma mulher.
Modo de produção capitalista	Modo de produção de economia de comunhão
A linha original de continuidade entre ética e economia é interrompida.	A linha de originalidade entre ética e economia é incluída.
O individualismo na base das relações econômicas.	A solidariedade na base das relações econômicas.
Cultura do ter.	Cultura do dar.
A racionalidade consiste na utilidade, na acumulação e em elevar ao máximo o lucro privado.	A racionalidade consiste na doação e partilha do lucro e pressupõe a personalização do relacionamento e a felicidade humana.
<i>Homo Economicus</i> , <i>Homo Consumérico</i> individualista, hedonista, egoísta.	<i>Homo doador</i> . Solidário. <i>Homo</i> espiritual
Oposição entre bem individual e bem social.	Não oposição entre o bem individual e o bem social.
O capital tem primazia em relação ao homem.	O homem tem primazia em relação ao capital.
A relacionalidade incorpora sempre o elemento de condicionalidade	A relacionalidade incorpora sempre o elemento de gratuidade.
Prevalência da racionalidade instrumental. Racionalidade do Eu.	Prevalência da racionalidade substantiva, da razoabilidade que segundo Aristóteles contém elementos de sabedoria. Racionalidade do Eu com Todos .
Os indivíduos não estão ligados uns aos outros por nexos indivisíveis antes de iniciar a troca.	Os indivíduos estão ligados uns aos outros por nexos indivisíveis antes de iniciar a troca.
A cultura do ser para si.	A cultura do ser com o outro.
Apropriação privada do excedente.	Apropriação do excedente privada e partilhada com dois atores beneficiários fora do processo produtivo.
Foco na avaliação dos resultados econômicos de mercado.	Foco nos atores sociais.
Esquecimento da premissa antropológica.	Afirmação da premissa antropológica.
Empresa e sociedade	Empresa na sociedade

Os fundamentos da economia de comunhão na liberdade são uma responsabilidade "um passo a mais" que os empresários(as) coligados se comprometem *a priori* a afirmar no interior e no exterior da empresa, em prol de um ambiente de mercado humanizado e positivo.

No Quadro B, pode-se visualizar as bases, os quatro aspectos da economia de comunhão.

Quadro B, os quatro aspectos da economia de comunhão na liberdade

Finalidade	Cultura da Partilha	Homens e Mulheres Novos	Escolas de Formação
Colocar o ser humano no centro da atividade econômica.	Um possível antídoto para a "cultura do ter" que prevalece na economia.	São leigos que se dispõem a viver a radicalidade da vida evangélica com autenticidade. Vivem segundo a cultura do dar que dá forma ao Projeto.	Desenvolver uma formação adequada para a cultura da partilha
Trabalhar em prol da unidade e da fraternidade de todos os seres humanos.	Nem sempre significa despoja-se de algo para doá-lo. Pressupõe reciprocidade assimétrica.	A missão é inserir o Evangelho em todas as realidades, nos mundos da economia, do trabalho, da política, do direito, da saúde, da educação, da arte, da ciência.	Desenvolver uma competência empresarial técnica sobretudo que inclua a sensibilidade.
Destinar parte do lucro da empresa para necessitados.	Não se restringe apenas a partilha monetária.	Trabalham juntos para salvar os invioláveis valores da dignidade humana e do bem comum	Utilizar a memória das experiências dos pioneiros da experiência incluindo as fracassadas.
Partilhar bens materiais e espirituais e se ocupar da comunhão entre os seres humanos.	Surge sempre numa pessoa mesmo quando perdida na multidão. Não se detém. Não se endurece em sistemas.	Precisam ser formados e abertos à educação integral e permanente pautada em valores virtuosos. Incluindo empresários(as), trabalhadores (as) e demais envolvidos com a experiência de EdC.	Um exercício crítico e dinâmico de auto reflexão e reflexão coletiva.

Fonte: Adaptado do documento "Os quatro aspectos essenciais" produzido pelo Movimento dos Focolares, Castelgandolfo, 5 de abril de 2001.

A empresa de EdC nasceu para partilhar seus lucros com os pobres, se não faz isso está longe do projeto. Mas não se trata de serem filantrópicas. Atualmente, são 900 empresas entre aquelas constituídas a partir do projeto, e aquelas que já existiam e aderiram a ele, instaladas em cinco continentes. No Brasil, há 89 micro, pequenas e médias empresas nos estados de São Paulo, Paraná, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco, Amazonas, Pará, Sergipe, Brasília e três pólos empresariais: Pólo Spartaco em Vargem Grande Paulista com seis empresas inseridas dentre elas a ESPRI S/A (1992), de capital fechado, que possui 3500 acionistas, o Pólo Ginetta Calliari (2003) em Recife e o Pólo Loppiano na Itália.

Para realizar os quatro aspectos da economia de comunhão, o sentido de responsabilidade para o empresário(a) vinculado ao projeto de EdC, se constitui numa aprendizagem organizacional:

- Afirmar a ética judaico-cristã nos negócios;
- Encarnar o princípio de comunhão, de solidariedade na organização do trabalho;
- Aprender competências para além da técnica, pois o empresário(a) e o trabalhador(a) aderem a um modo de gestão no qual o trabalho humano tem sentido para além de fonte financeira;
- O espaço organizacional é um lugar de encontro, de espiritualidade, aonde pessoas se auxiliam, mas através da ajuda mútua e do amor recíproco, e, não apenas aprendendo juntas a manufatura dos produtos;
- Os valores greco-judaico-cristãos são norteadores nas relações internas e externas da empresa ;
- Construção de relações fraternais entre empresário(a), trabalhador(a), fornecedores, clientes e concorrentes, geram a instituição de outros fins que não o simples êxito de

ordem material - o lucro- para a sustentabilidade dos sócios-proprietários e dos acionistas no mercado, mas também para a cultura da partilha aos beneficiários(as) da economia de comunhão;

-Ritmo compassado na execução das atividades produtivas;

-Sensibilidade para produzir o bom, o belo e o útil;

Compreender o sentido de responsabilidade para empresários (as) do projeto de EdC, é assumir as características de sacralidade, transcendência, de instrumento de aproximação com o próximo, e de devoção a Deus, que Miguel de Simoni (1998) apontou para o trabalho humano, dentro da visão tradicional, que possibilita sua ligação aos demais aspectos da vida humana associada e à crença de valores religiosos e sagrados. No Quadro C, pode-se visualizar as características das empresas do projeto de EdC que a diferenciam de outras empresas como as capitalistas e as solidárias.

Quadro C, características das empresas de EdC, capitalistas, solidárias

EdCs	CAPITALISTAS	SOLIDÁRIAS
A finalidade básica é maximizar o lucro considerando os meios para adquiri-los para depois partilhar com beneficiários da EdC, além dos acionistas da ESPRI S/A, dos proprietários (as) dos meios de produção e os trabalhadores (as).	A finalidade básica é maximizar o lucro sem considerar os meios para depois ser apropriado pelos investidores, acionistas e aqueles proprietários dos meios de produção.	A finalidade básica não é maximizar o lucro mas a quantidade e a qualidade do trabalho.
A autoridade e o controle pertence aos empresários(as), ou aos trabalhadores(as) quando são cooperativas.	A autoridade e o controle pertencem aos investidores, aos acionistas.	A autoridade e o controle pertencem aos trabalhadores (as).
A separação entre trabalho e a posse dos meios de produção é mediada pela racionalidade capaz de comunhão.	A separação entre trabalho e a posse dos meios de produção é mediada pela racionalidade instrumental.	Não há separação entre trabalho e a posse dos meios de produção.
Tem lucro que é apropriado pelo empresário(a), pelos beneficiários da EdC e pelos acionistas da ESPRI S/A, ou reserva quando de trata de cooperativa.	Tem lucro que é apropriado pelo capitalista e pelos investidores.	Não tem lucro porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital
O poder de mando está concentrado nas mãos dos empresários (as) ou nas mãos dos cooperativados.	Poder de mando está concentrado nas mãos dos capitalistas.	O poder de mando está concentrado nas mãos dos trabalhadores (as).
Inserção de valores religiosos	Isenção de valores religiosos	Isenção de valores religiosos

3. Conclusão

A existência de fenômenos como a economia de comunhão, nascida dentro do sistema capitalista, não é nenhuma novidade em face às experiências das comunidades dos primeiros cristãos, dos anarquistas, e do socialismo utópico, mas todas são vestígios de que o conceito de responsabilidade precisa ser recambiado, do campo da ética especializada, de um “dever” que flutua livremente no ar, para o domínio da vida vivida. Responsabilidade genuína só existe onde existe o responder verdadeiro (BUBER,1982, p.49). Responder a quê? Aos efeitos que nos acontece, que nos é dado ver, ouvir e sentir, gerado pela sociabilidade do individualismo e do auto-interesse exarcebado, imposto pelo modelo econômico neoliberal.

À economia que o discurso neoliberal constitui como modelo, interpõem-se agentes e instituições impregnados de pressupostos herdados do incrustamento em um mundo econômico particular, de características, pretensamente universais, incrustada numa

sociedade particular, enraizada em um sistema de crenças e valores e uma visão moral do mundo ligado a uma ordem social particular (BOURDIEU, 2001, p.29). Por isso, *adversarius* que vivem nesse “mundo de espelhos”, qualificam iniciativas solidárias como utópicas ou irreais.

A economia de comunhão está na contramão desse sistema. As empresas do projeto de EdC, em processo de aprendizagem organizacional por tentativas e erros, buscam limites, regulativos éticos em função de objetivos determinados, em relação aos efeitos que podem causar. Deste lugar, podem afirmar valores que são fundados não apenas em função de critérios instrumentais e de eficiência. Mas, comprometidos por um determinado empenho de valores como o justo, o bem e o belo.

A Ética para empresas de economia de comunhão, não se define pelo êxito, pelo resultado, pelo sucesso, está para além do utilitarismo do mercado. Não é apenas algo que funciona, não é comprometimento com o operar de algo. É comprometimento com os valores desse operar (BARTHOLO, 2002).

Sendo assim, sociabilidade nas empresas de EdC é aquela disposição das pessoas que nelas trabalham, para com outro, pela qual um se julga ligado ao outro, pela Benevolência, pela Paz e pela Caridade. Cada qual promovendo e mantendo para com seus semelhantes um estado de sociabilidade pacífica, condizente em geral com a índole amorosa e a finalidade da unidade da proposta de EdC.

Absurdo? Graça? A paciência histórica responderá.

4. Bibliografia

- AKTOUF, Omar. A administração entre a tradição e a renovação, Atlas, São Paulo, 1996.
- BARTHOLO, Roberto jr. Ética e Responsabilidade Social,SESI, Brasília, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. Contrafogos, v(2), Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2001.
- BOLTANSKI, Luc et CHIAPELLO, Ève. *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- BUBER, Martin. Do diálogo e do dialógico, Editora Perspectiva, São Paulo, 1982.
- BRUNI, Luigino. Rumo a uma racionalidade capaz de comunhão., In: Economia de comunhão uma cultura econômica em várias dimensões, Editora Cidade Nova.Vargem Grande Paulista, 2002.
- GONCALVES, HHAB, LEITÃO SP. Empresas de economia de comunhão. Revista de Administração Pública,FGV/ RJ, v(35), n (6)nov/dez, 2001.
- LEVINÁS, Emmanuel. Entre Nós, ensaios sobre a alteridade, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- SIMONI, Miguel. Trabalhar é preciso. Reflexões sobre o conceito de trabalho humano e suas implicações para a engenharia de produção. Santa Maria, SCHDS Editora,2004.
- WEIL, Pierre. A Arte de viver em Paz, São Paulo, Editora Gente, 1990.
- WOODCOCK, Histórias das idéias e movimentos anarquistas.v.1.L&PM Pocket. Porto Alegre, 2002.
- ZAGMANI, Stefano. Fundamentos e significado da experiência de economia de comunhão. IN: Economia de Comunhão,Vargem Grande Paulista, Editora Cidade Nova, 2002.

